

CONTRATO CEDAE N.º 036/18 (DF)

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e a **VEIRANO ADVOGADOS ASSOCIADOS**.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE**, sociedade de economia mista sediada na Av. Presidente Vargas, n. 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por seus representantes legais ao final assinados, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, Diretor Presidente, e Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, doravante denominada **CEDAE**, e a **VEIRANO E ADVOGADOS ASSOCIADOS**, com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 21º andar, salas 2101, 2102 e 2104, 23º andar e 25º andar, salas 2501 e 2504, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.030-021, inscrita no CNPJ sob o n.º 27.819.937/0001-40, neste ato por meio de seu procurador, Sr. MARCOS DE CAMPOS LUDWIG, advogado, brasileiro, portador da carteira de identidade nº 105.779.006-3, inscrito no CPF sob nº 928.460.170-34 e inscrito na OAB/RJ sob nº 156.327 e de seu sócio administrador, Sr. FELIPE GRAÇA BASTOS ESTEVES, advogado, brasileiro, portador da carteira de identidade nº 108885765 IFP/RJ, inscrito no CPF sob nº 053.579.377-45 e na OAB/RJ sob nº 122082, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços de Elaboração de Minutas de Regulamento e demais Documentos Pertinentes Exigidos pela Lei nº 13.303/2016, além do treinamento para implantação, com fundamento no processo administrativo n. **E-07/100.661/2017**, mediante **Pregão Eletrônico nº 301/2018**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/19/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Lei Complementar nº 123/2006 e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

A **CONTRATADA** obriga-se a executar, para a **CEDAE**, a **"CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO PARA ELABORAR MINUTAS DE REGULAMENTO E DEMAIS DOCUMENTOS PERTINENTES EXIGIDOS PELA LEI Nº 13.303/2016, ALÉM DO TREINAMENTO PARA IMPLANTAÇÃO"**, obedecendo aos itens, subitens e Anexos do Edital de Licitação por Pregão Eletrônico nº 301/2018, que integra o presente Contrato, ainda que neste não transcrito, bem como todas as instruções fornecidas pela CEDAE e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as normas relacionadas com execução, fiscalização, aceitação, penalidades, rescisão contratual e pagamentos, estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

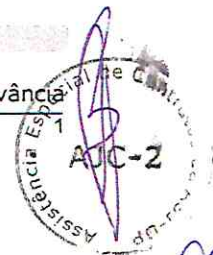
O prazo de vigência do contrato será de **06 (seis) meses** contados a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela CEDAE (Ordem de Início), que será emitida após a publicação do extrato do instrumento contratual no Diário Oficial.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**: realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato; fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato; exercer a fiscalização do contrato; receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** deverá conduzir os serviços de acordo com as normas e com estrita observância



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

do Edital, da Proposta de Preços e da legislação vigente.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** deverá prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**.

Parágrafo Segundo - Será obrigação da **CONTRATADA** manter durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme Art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** deverá prestar sem quaisquer ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;

Parágrafo Quarto - A **CONTRATADA** deverá responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável.

Parágrafo Quinto - Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

Parágrafo Sexto - A **CONTRATADA** se obriga, especificamente, a aceitar nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art. 65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até os limites nela estabelecidos.

Parágrafo Sétimo - Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava (DA RESPONSABILIDADE);

Parágrafo Oitavo - Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91.

Parágrafo Nono - A **CONTRATADA** deverá, na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.258, de 12/04/2016, preencher os postos de trabalho com pessoas portadores de deficiência ou necessidades especiais, respeitando o contido no art. 7º, inciso XXXI, da Constituição Federal, na seguinte proporção indicada no art. 93, da Lei nº. 8.213, de 24/07/1991:

- I - de cem a duzentos postos de trabalho, 2% (dois por cento);
- II - de duzentos e um a quinhentos postos de trabalho, 3% (três por cento);
- III - de quinhentos e um a mil postos de trabalho, 4% (quatro por cento);
- IV - mais de mil postos de trabalho, 5% (cinco por cento).

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

Programa de Trabalho: 2200022016
Código Orçamentário: 33903982
Fonte de Recursos: 10
Conta Contábil: 411110304
Centro de Custos: DP22000000
Id da Reserva Orçamentária: 2018000473.

Parágrafo Único - As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA - VALOR DO CONTRATO E REAJUSTAMENTO

Ao presente contrato, em regime de empreitada por preço global, é atribuído o valor total de **R\$**



Av. Presidente Vargas, nº 2.655. Cidade Nova. Rio de Janeiro. CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



123.000,00(cento e vinte e três mil reais), com preço base no mês da Estimativa Orçamentária, conforme planilha de custos abaixo.

Produto	Prazo	1º Mês	2º Mês	Total
Reunião Preliminar contida no subitem 4.1.1	1 dia útil	R\$ 98.400,00		R\$ 98.400,00
Diagnosticar e promover a elaboração do Regulamento Interno de Licitações e Contratos contida no subitem 4.1.2	40 dias			
Reunião final contida no subitem 4.1.3	3 dias úteis			
Reunião de Diretoria contida no subitem 4.1.5	3 dias úteis			
Planejamento e treinamento para implantação das inovações	15 dias úteis		R\$ 24.600,00	R\$ 24.600,00
VALOR TOTAL				R\$ 123.000,00

Parágrafo Primeiro - No preço ajustado na cláusula anterior já se encontram incluídos todos os custos diretos e indiretos, todos os encargos, os quais correrão exclusivamente por conta e responsabilidade da **CONTRATADA**, todos os tributos, inclusive os referentes às legislações fiscal, tributária e trabalhista, e quaisquer outras despesas necessárias à execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - O valor dos serviços será irrevogável durante toda a vigência do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

Parágrafo Primeiro - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros, devidamente habilitados, designados pelo Diretor Presidente da CEDAE. Deverão ser obedecidas toda e qualquer orientação da referida Comissão, durante toda a execução dos serviços.

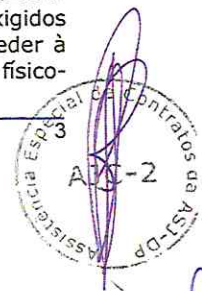
Parágrafo Segundo - O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, pela comissão a que se refere o parágrafo segundo, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo parecer circunstanciado, assinado pelas partes, que deverá ser elaborado no prazo de 15 (quinze) dias após a entrega do serviço;

a.1 - A emissão do Termo de Aceitação Provisória, ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela prevista no cronograma físico-financeiro do contrato, observando-se os seguintes procedimentos:

a.2 - A empresa contratada deverá comunicar à CEDAE, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter a sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da CEDAE.

a.3 - As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e esta será encaminhada à CEDAE juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e os documentos exigidos no contrato para a realização do pagamento. A Comissão de fiscalização não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.




a.4 - . Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa, a contratada omitir-se ou recusar-se em realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à CEDAE, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de sua obrigação e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

a.5 - . Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente última fatura ficará suspenso.

a.6 - Será considerado "adimplemento" a conclusão, pela contratada, de cada etapa (ou parcela) prevista no cronograma físico-financeiro acompanhada da apresentação de todos os documentos exigidos no contrato para a realização do correspondente pagamento.

a.7 - Representante da CEDAE, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à contratada recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

a.8 - . De imediato, o representante da CEDAE encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega do recibo à contratada, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive a atestação da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da fatura pela Comissão de Fiscalização.

a.9 - A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a Pagar da CEDAE quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

a.10 - Caberá a Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela CEDAE poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, deverão ser registradas no processo.

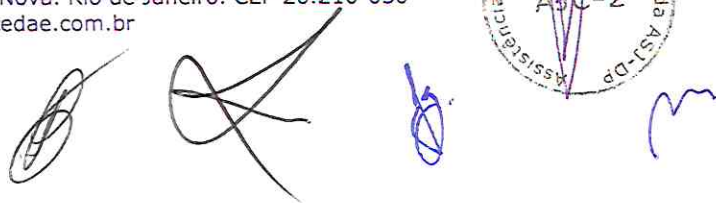
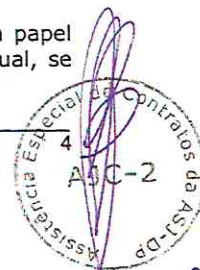
b) definitivamente, após parecer circunstanciado emitido por comissão designada para este fim, após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação e vistoria, contados a partir da data de emissão do parecer de que trata a alínea anterior, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

b.1 - A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, deverá solicitar à CEDAE, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

b.2.- De igual modo, a contratada deverá apresentar declaração de que a CEDAE possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

b.3 - . No caso de omissão ou recusa da contratada em solicitar à CEDAE a Aceitação Definitiva do objeto contratado, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de manifestar-se pela efetiva solicitação em no máximo 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação.

b.4 - Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do Contrato reterá a Garantia Contratual, se houver.



b.5 - Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela contratada.

b.6 - A inobservância do item anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a CEDAE.

Parágrafo Terceiro - O representante da CEDAE, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo Quarto - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Quinto - A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo Sexto - A execução dos serviços terá início a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela CEDAE (Ordem de Início).

Parágrafo Sétimo - Não será admitida a cessão, a sub-rogação ou subcontratação dos serviços contratados. A subcontratação será admitida somente por motivo de fato superveniente e mediante aprovação prévia e expressa da CEDAE.

Parágrafo Oitavo - A **CONTRATADA** compromete-se em atender todas as determinações da Fiscalização da CEDAE.

Parágrafo Nono - A Fiscalização da execução dos serviços caberá à **CEDAE**, através de prepostos por ela indicados, o que não eximirá a **CONTRATADA** de sua total e indivisível responsabilidade.

Parágrafo Décimo - Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, se procederá a fiscalização do regime de cotas de que trata o parágrafo oitavo da Cláusula Quarta da Minuta de Contrato, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo Primeiro: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

Parágrafo Terceiro - A contratada será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa de Débito e Tributos e Contribuições Federais, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou



[Handwritten signatures and initials]

das respectivas certidões positivas com efeito de negativas, sempre que expirados os prazos de validade.

Parágrafo Quarto - A ausência da apresentação dos documentos mencionados no Parágrafo Terceiro ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

Parágrafo Quinto - Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

Parágrafo Sexto - No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamento devido em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato serão efetuados de acordo com a execução das etapas, conforme estabelecido no item 10 do Termo de Referência, mediante crédito em conta bancária mantida pela **CONTRATADA** no Banco Bradesco S.A., cujo número e agência deverão ser informados no Formulário Solicitação de Cadastro de Credor, conforme Anexo VIII do edital de licitação.

Parágrafo Primeiro - No caso do licitante vencedor estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pela CEDAE a impossibilidade de o licitante, em razão da negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela futura contratada.

Parágrafo Segundo - Os pagamentos devidos pela **CEDAE** à **CONTRATADA** somente serão autorizados após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

Parágrafo Terceiro - O pagamento das faturas, acompanhadas do documento de cobrança, será efetuado pela CEDAE no 30º (trigésimo) dia, após a data final do período de adimplemento de cada parcela, mediante demonstração pela contratada do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, devendo a fatura ser aceita (atestada) ou recusada no máximo em 03 (três) dias pela fiscalização, após a apresentação da mesma.

Parágrafo Quarto - A demonstração do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas consiste na apresentação Certidão Negativa de Débito e Tributos e Contribuições Federais, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou das respectivas certidões positivas com efeito de negativas, sempre que expirados os prazos de validade.

Parágrafo Quinto - Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos terceiro e quarto, o prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da entrega do documento de crédito, isento de erros, à Comissão de Fiscalização.

Parágrafo Sexto - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Sétimo - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não



decorram de ato ou fato atribuível à contratada, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês pro rata die.

Parágrafo Oitavo - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata o parágrafo nono da cláusula quarta da Minuta de Contrato, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da CEDAE, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

Parágrafo Primeiro - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, cabendo à Administração o reconhecimento de seus direitos em caso de rescisão administrativa, conforme Art. 55, inciso IX e Art. 77 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Segundo - O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a sub-rogação;; a subcontratação parcial ou total dos serviços sem prévia autorização escrita da CEDAE, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Terceiro - A rescisão de que tratam os artigos 77 e 78, I a XII e XVII, da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94, se opera por ato unilateral da CEDAE (Art. 79, inciso I) sem que caiba à CONTRATADA, em hipótese alguma ou a qualquer título, direito à indenização a não ser o pagamento das parcelas realmente executadas e aprovadas pela Fiscalização da CEDAE.

Parágrafo Quarto - Não havendo culpa da CONTRATADA para a ocorrência da rescisão, fará ela jus ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados, de conformidade com o parágrafo 2º do Art. 79 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

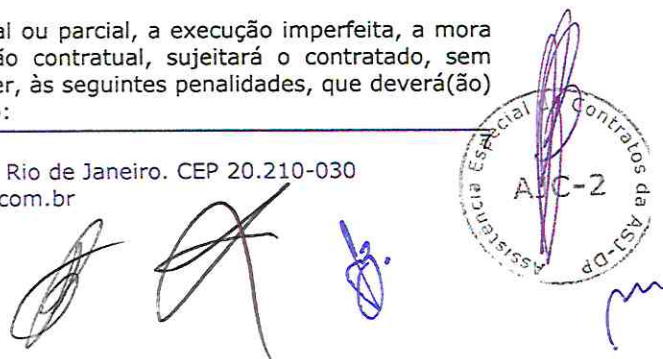
Parágrafo Quinto - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

Parágrafo Sexto - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

Parágrafo Sétimo - Na hipótese de rescisão do contrato, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, sem prejuízo da retenção de créditos, e das perdas e danos que forem apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro - A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:



- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

Parágrafo Segundo - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

- a) Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

Parágrafo Terceiro - A imposição das penalidades é de competência exclusiva da CEDAE.

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

- b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

- c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado do Ambiente.

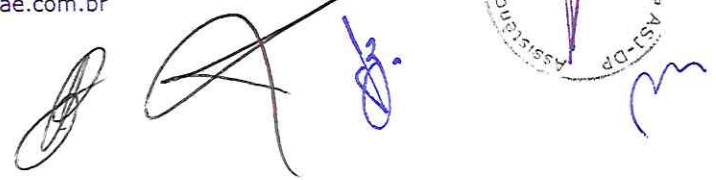
Parágrafo Quarto - A multa administrativa, prevista na alínea b, do Parágrafo Primeiro:

- a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- b) deverá, nas reincidências específicas, corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.
- c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;
- d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

Parágrafo Quinto - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea c, do Parágrafo Primeiro, observará o seguinte:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sétimo, da cláusula oitava.

Parágrafo Sexto - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, prevista na alínea d, do Parágrafo Primeiro, perdurará pelo tempo em que os motivos



determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

a) A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo Sétimo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

Parágrafo Oitavo - Se o valor das multas previstas na alínea b, do Parágrafo Primeiro e do Parágrafo Sétimo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Nono - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Décimo - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

a) Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

b) A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

b.1) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do Parágrafo Primeiro, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do mesmo parágrafo.

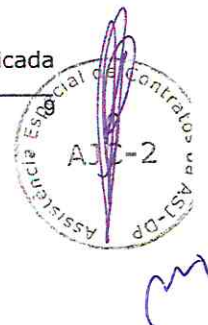
c) Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Primeiro - Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a CEDAE, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

Parágrafo Décimo Segundo - As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

Parágrafo Décimo Terceiro - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

Parágrafo Décimo Quarto - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada



na hipótese de não apresentação da documentação exigida no parágrafo terceiro da Cláusula Oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

Parágrafo Décimo Quinto - Será aplicada a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurado inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

Parágrafo Primeiro - A denúncia e a rescisão administrativa deste contrato, em todos os casos em que admitidas, independem de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operarão seus efeitos a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CEDAE** poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao valor da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único - Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeito ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

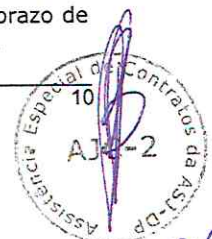
Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo Primeiro - É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem prévia autorização judicial.

Parágrafo Segundo - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado para conhecimento, cópia do contrato no prazo de 15 (quinze) dias contados após sua publicação, conforme Deliberação TCE-RJ n. 280/2017.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Parágrafo Primeiro - O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Segundo - O extrato da publicação deverá conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura, fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - EXIGÊNCIAS LEGALMENTE OBRIGATÓRIAS

A **CONTRATADA** indica como responsáveis pelos serviços, ora contratados, Sr. MARCOS DE CAMPOS LUDWIG, advogado, brasileiro, portador da carteira de identidade nº 105.779.006-3, inscrito no CPF sob nº 928.460.170-34 e inscrito na OAB/RJ sob nº 156.327 e Sr. FELIPE GRAÇA BASTOS ESTEVES, advogado, brasileiro, portador da carteira de identidade nº 108885765, inscrito no CPF sob nº 053.579.377-45 e na OAB/RJ sob nº 122.082, que ficam autorizados a representá-la, perante a CEDAE, em tudo que se relacionar à matéria dos serviços.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** obriga-se a manter os profissionais indicados na Cláusula anterior como Responsáveis na direção dos trabalhos até o final da sua execução. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro, a juízo exclusivo da **CEDAE**, de igual lastro de experiência e capacidade.

Parágrafo Segundo - Para todos os fins de direito, obrigações e responsabilidades das partes, vinculam-se ao presente contrato a proposta de preços da contratada, o edital da licitação por Pregão Eletrônico - 301/2018 - ASL-DP (Processo E-07/100.661/2017) e todos os seus anexos, como se neles tivessem transcritos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO DE ELEIÇÃO


Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.


Rio de Janeiro, 26 de MARÇO de 2018.

Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente


HELIO CABRAL MOREIRA
Diretor Administrativo-Financeiro e de
Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:


MARCOS DE CAMPOS LUDWIG
Procurador

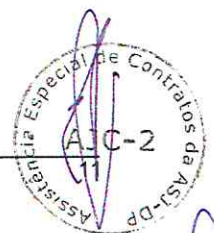

FELIPE GRAÇA BASTOS ESTEVES
Sócio Administrador

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

Contr. VEIRANO-ASSOCIADOS-serviço-elaboração-minuta-regulamento-lei-13.303-VB



Art. 2º - Designar FERNANDO PEDRO CORVINO, ID Funcional nº 4370273-2, para a supervisão do Contrato, GISELE ALVES GOMARA, ID Funcional nº 3228136-6, GLAUCIA FREITAS SAMPAIO, ID Funcional nº 2150882-4, para a fiscalização do Contrato, e MARIA DO CARMO COELHO DE CASTRO NENA, ID Funcional 4347960-0, como Suplente.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria INEA VP Nº11, de 04/12/2015, modificada pela Portaria INEA VP Nº11, de 19/03/2016.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2018

JOSÉ MARIA DE MESQUITA JUNIOR
Diretor de Pós Licença

Id: 2095547

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
ATO DO PRESIDENTE
DE 12/08/2015

***APOSENTA RODRIGO FONSECA COUTINHO**, Ajudante Operacional, Id. Funcional 2146941-5 do Quadro I, Classe II, Nível G, tendo por base legal o §1º, inciso I, do artigo 40, da Constituição da República, combinado com o art. 8-A da Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003, com a redação atribuída pela Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012, com validade a contar de 18 de junho de 2015.

* Republicado por incorreção no original publicado no D.O. de 18/08/2015.

Id: 2095549

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA DE BIODIVERSIDADE E ÁREAS PROTEGIDAS
ATO DO DIRETOR

PORTARIA INEA/DIBAPE Nº 91 DE 26 DE MARÇO DE 2018

DESIGNA SUBSTITUTA EVENTUAL PELAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DA DIRETORIA DE BIODIVERSIDADE, ÁREAS PROTEGIDAS E ECOSISTEMAS DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA.

O DIRETOR DE BIODIVERSIDADE, ÁREAS PROTEGIDAS E ECOSISTEMAS DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA/RJ, no uso de suas atribuições, que lhe confere o Decreto nº 41.525, de 12 de janeiro de 2009.

Art. 1º - Designar, como substituta eventual, a servidora VANESSA CONCEIÇÃO COELHO TEIXEIRA, ID Funcional nº 4374318-8 do gerente ANDRÉ VIEIRA DOS SANTOS da gerência das Unidades de Conservação a partir de 01 de abril de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018

PAULO SCHIAVO
Diretor de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas

Id: 2095548

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA DE POS-LICENÇA

RETIFICAÇÕES

D.O. DE 16.03.2018

PÁGINA 30 - 2ª COLUNA

DESPACHO DO DIRETOR

DE 06.03.2018

Processo nº E-07/002.6480/14
Onde se lê: PROC. Nº E-07/002.6480/14... parecer constante às fls. 83/90.

Leia-se: PROC. Nº E-07/002.6480/14... parecer constante às fls. 128/137.

D.O. DE 26.03.2018

PÁGINA 17 - 3ª COLUNA

DESPACHO DO DIRETOR

DE 19.03.2018

Processo nº E-07/4980/15

Onde se lê: PROC. Nº E-07/4989/15...

Leia-se: PROC. Nº E-07/002.4989/15...

Id: 2095550

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
SUPERINTENDENTE REGIONAL DA BAIJA DE GUANABARA
DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
DE 27.03.2018

PROCESSO Nº E-07/514.331 /12- INDEFIRO o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insignificante de Recursos Hídricos, do proprietário da VILA PARQUE DA LAGOA DE JACAREPAGUÁ, ENTRE OS LOTES 1, 2 e 3 - BARRA DA TIJUCA, Município RIO DE JANEIRO-RJ com base no Parecer Técnico nº 35/18, referente ao Processo nº E-07/514.331 /12.

DIRETORIA DE GENTE E GESTÃO
GERENCIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
DESPACHO DA GERENTE
DE 26.03.2018

PROCESSO Nº E-08/006.370/2015 - REFUXADOS, a partir de 18/06/2015, os proventos mensais de inatividade do servidor RODRIGO FONSECA COUTINHO, Ajudante Operacional, matrícula nº 2701162-6, Id Funcional 2146941-5, tendo em vista a Comunicação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Id: 2095546

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 14/03/2018

DESIGNA SCHELLA PELUSO ROSSI, Advogado C, como Presidente, **AMANDA RIBEIRO FRASCINO**, Engenheiro B e **FELIPE BARRETO DE CARVALHO**, Advogado B, como membros titulares e **VALDECI FRANCISCO BARACHO**, Agente de Sanamento F, como membro suplente, **Gerente do Contrato ANDREA CONCEIÇÃO FERREIRA MARTINS**, Agente de Sanamento H e **MARCIA RUBIA FONSECA AMARAL**, Agente Administrativo F, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO PARA ELABORAR MINUTAS DE REGULAÇÃO E DEMAIS DOCUMENTOS PERTINENTES EXIGIDOS PELA LEI Nº 13.303/2016. ALÉM DO TREINAMENTO PARA IMPLANTAÇÃO, de que trata o Processo nº E-07/100.651/2017, Ordem de Serviço "E" Nº 15.053/2018.

Id: 2095587

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 23/03/2018

PROCESSO Nº E-07/700.674/2004 - Em conformidade com o art. 26 da Lei nº 8.666/93, **RETIFICO** a Dispensa de Licitação - DL nº 001/2018 (DF), com base no Artigo 24, Inciso X da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações, em favor em favor do Licitador SRº WOLMAR ROCHA PEREIRA - CPF. 256.925.636-04, no valor de R\$ 99.449,20 (noventa e nove mil quatrocentos e quarenta e nove reais e vinte centavos), referente à "LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA PRESIDENTE SODRÉ, 8-A - CENTRO - LAJE DO MURIAE - RJ".

Id: 2095408

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 27/03/2018

PROCESSO Nº E-07/100.508/2017 - TP 101/2018 - Mantenho a decisão da Comissão Permanente de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia manifestando-me pelo **INDEFERIMENTO** dos recursos interpostos pelas licitantes HYDRA ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA., mantendo-a inabilitada para o certame e CONSTRUTORA MECANTE ENIMONT - EMPRESA NACIONAL DE INSTALAÇÕES E MONTAGENS LTDA.

Id: 2095740

Secretaria de Estado de
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

ATO DO SECRETÁRIO
RESOLUÇÃO SEAPPA Nº 15 DE 27 DE MARÇO DE 2018

INSTITUI COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E APOIO NA EXECUÇÃO DAS AÇÕES NECESSÁRIAS À GESTÃO DAS INSTALAÇÕES DAS UNIDADES DA CEASA.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Decreto nº 45.600/2016 e disposto no art. 13 do Decreto-Lei Estadual nº 239, de 21.07.1975 e do art. 145, Parágrafo Único da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, conforme a redação dada pela EC nº 53/2012.

CONSIDERANDO:

- o Decreto Estadual nº 45.681, de 08 de junho de 2016, em seu artigo 4º, Parágrafo Único, o qual vinculou as Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro S/A - CEASARJ à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento;

- o parecer exarado pela Procuradoria Geral do Estado, nos autos do Processo Administrativo nº E-02/004/524/2017, que orienta a contratação da prestação de todos os serviços que se façam necessários à gestão das instalações da CEASA mediante a realização de prévio procedimento licitatório;

- a necessidade de otimização de recursos humanos e financeiros e a celeridade processual, que a situação impõe;

- a importância do bom funcionamento da CEASA para o abastecimento alimentar da população do Estado do Rio de Janeiro;

- que a descontinuidade dos serviços prestados pela CEASA, podem acarretar um caos no abastecimento de gêneros alimentícios em nosso Estado; e

- que o CEASA é o canal de comercialização dos produtos agrícolas e que a paralisação de suas atividades impactará de forma significativa a economia agrícola fluminense;

RESOLVE:

Art. 1º - Criar a Comissão de acompanhamento e apoio à diretoria executiva da CEASA-RJ, nas ações necessárias à reassunção integral das atribuições inerentes à administração da unidade Grande Rio, localizada em Itaja - Rio de Janeiro-RJ, a qual terá como principais atribuições acompanhar, apoiar e orientar a direção da empresa, no período de transição que ora se inicia, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo titular da SEAPPA e a legislação em vigor.

Art. 2º - Designar os servidores, abaixo relacionados, para compor a comissão de acompanhamento e apoio à diretoria executiva da CEASA-RJ, para assim desempenhar todas as atribuições necessárias ao aperfeiçoamento das ações administrativas e técnicas, em conformidade com o Decreto nº 45.681/2016.

MEMBROS:

a) Antonio Emilio Santos - ID Funcional 43529838 - Diretor Geral de Administração e Finanças

b) Leonardo Rego Blanchard - ID Funcional 50365789 - Assessor Jurídico Especial

c) Débora Duarte Vieira - ID Funcional 43760058 - Assistente

d) Rafael Bender - ID Funcional 44576340 - Assessor

SUBSTITUTOS:

a) José Luiz Teixeira Magalhães - ID Funcional 20225067 - Assessor

b) Mary Silva Duarte - ID Funcional 43231861 - Chefe da Divisão de Orçamento e Finanças

c) Erica Schwartz Saraiva - ID Funcional 5716551 - Coordenadora de Planejamento

d) Aline de Souza Cortá - ID Funcional 50128566 - Assessor

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Niterói, 27 de março de 2018
JAIR DE SIQUEIRA BITTENCOURT JUNIOR
Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

Id: 2095525

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RETIFICAÇÃO

D.O. DE 27.03.2018

PÁGINA 18 - 3ª COLUNA

ATO DO DIRETOR GERAL

Onde se lê:

PORTARIA SEAPPA/DGAF Nº 1426 DE 26 DE MARÇO DE 2018

CONSTITUI COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO/RECURSOS DE ESTRADAS VICINAIS INCLUIDO DO OPERACIONALIZAÇÃO DE MÁQUINAS - PROCESSO Nº E-02/007/1754/2017...

Leia-se:

PORTARIA SEAPPA/DGAF Nº 14 DE 26 DE MARÇO DE 2018

CONSTITUI COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO/RECURSOS DE ESTRADAS VICINAIS INCLUIDO DO OPERACIONALIZAÇÃO DE MÁQUINAS - PROCESSO Nº E-02/007/1754/2017...

Id: 2095621

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
DE 27.03.2018

PROCESSO Nº E-02/007/0064/2018 - HOMOLOGO o resultado da licitação na modalidade de SHOPPING Nº 002/2018, do tipo Menor Preço Global por Lote, realizado em 19/03/18, cujo objeto foi adjudicado nos termos do art. 9º, inc. V, do precatório Regulamento, na forma que segue à firma:

NTD PROCOÇÕES E EVENTOS LTDA., para o Lote Único - Contratação de Empresa Especializada na Organização de Evento, com Viabilização de Infraestrutura e Fornecimento de Apoio Logístico, visando à Disseminação dos Resultados Gerais do Projeto Rio Rural, no valor de R\$ 186.650,07 (cento e oitenta e seis mil seiscentos e cinquenta reais e sete centavos).

Id: 2095431

Secretaria de Estado de Trabalho e Renda

ATO DO SECRETÁRIO
DE 26/03/2018

INSTAURA SINDICATADA para apurar os fatos narrados nos autos do Processo Administrativo nº E-22/001/143/2018, ficando a Comissão Permanente de Sindicância, instituída pela Resolução SETRAB Nº 703/2012, e sua Alteração Resolução SETRAB Nº 770/2015, responsável pela conclusão dos trabalhos, no prazo de 30 dias, a partir da data da publicação.

Id: 2095275

Secretaria de Estado de Cultura

DESPACHO DO SECRETÁRIO
DE 21/03/2018

PROCESSO Nº E-18/002/181/2018 - AUTORIZO, com base na delegação de competência conferida pelo Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e nas informações constantes deste processo, o afastamento do país no período de 03 a 14 de abril de 2018. Encaminham-se os autos à Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro - FUNARJ, para as providências complementares.

Id: 2095456

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO DA CHEFE
DE 26.03.2018

PROCESSO Nº E-18/005/133/2018 - ROSELY RODRIGUES DE AZEVEDO, Id Funcional nº 3249821-7, ANOTE-SE, para fins de aposentadoria, com base no artigo 80, Inciso I, do Decreto nº 2479/79, de 08/03/1979, o tempo de contribuição prestado a Secretaria Estadual de Educação no período compreendido entre 07/03/1994 a 15/12/1998, no total de 1.723 (um mil setecentos e vinte e três) dias de efetivo exercício.

Id: 2095163

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA FUNARJ Nº 654 DE 16 DE MARÇO DE 2018

DESIGNA SERVIDORES PARA OS FINS QUE MENCIONA E REVOGA A PORTARIA FUNARJ Nº 545, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNARJ, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que consta do Processo Nº E - 18/002/1058/2014.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, como Gerente Executivo do Convênio nº 18/002/2015, firmado entre a FUNARJ e a ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA SALA CECILIA MEIRELES-AASCM, o servidor MIGUEL ANGELO DE OLIVEIRA FREITAS, ID 6077585-8, em substituição a servidora LÉCIA DE ASSIS SANTOS ID nº 5035660-7, cabendo ao mesmo todas as atribuições do Inciso I ao VI, do art. 13, do Decreto Estadual nº 41.528/2008.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de fevereiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2018

NELSON FREITAS
Presidente

Id: 2095153

Procuradoria Geral do Estado

ATO DO PROCURADOR-GERAL INTERINO

RESOLUÇÃO PGE Nº 4190 DE 27 DE MARÇO DE 2018

ALTERA O REGIMENTO INTERNO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PARA CRIAR O NÚCLEO DE AÇÕES FISCAIS ESTRATÉGICAS, ÓRGÃO DE INTELIGÊNCIA FISCAL, NO ÂMBITO DA PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO INTERINO, no uso da atribuição prevista no inciso IV do artigo 6º da Lei Complementar nº 15, de 25 de novembro de 1980, e tendo em vista o que dispõe o artigo 158, caput e § 2º da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

CONSIDERANDO:

- a necessidade de incremento da arrecadação de créditos tributários do Estado do Rio de Janeiro inscritos em dívida ativa;

- a criação do Comitê Interinstitucional de Arrecadação de Ativos (CIRA) por meio do Decreto Estadual nº 45.550/2016; e

- a necessidade de compartilhamento de dados e informações entre os diversos órgãos e entidades da Administração Pública para tornar mais eficiente a localização dos devedores e de seus bens, o enfrentamento de fraudes fiscais estruturadas e a atuação dos Procuradores do Estado em processos estratégicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica incluído o item 2 na alínea "c", do inciso II, do art. 5º, da Resolução PGE nº 3.968, de 9 de novembro de 2016, com a seguinte redação:

"2. Núcleo de Ações Fiscais Estratégicas"

Art. 2º - O art. 24 da Resolução PGE nº 3.968, de 09 de novembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24 - (...)

(...)

§ 2º - Ao Procurador-Chefe da Procuradoria da Dívida Ativa, incumbem a estruturação, a organização, o planejamento e a supervisão do órgão de inteligência mencionado no item 2, da alínea "c", do inciso II, do art. 5º, desta Resolução para fins de compartilhar e tramitar documentos e informações de inteligência, com o objetivo de otimizar a recuperação dos créditos tributários do Estado do Rio de Janeiro inscritos em Dívida Ativa, do qual participará o Procurador-Chefe da Coordenadoria Geral das Procuradorias Regionais, ou seu Procurador-Assistente, para atender as demandas das Procuradorias Regionais.

Art. 3º - Fica o Parágrafo Único do art. 24 da Resolução PGE nº 3.968 renumerado como §1º.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2018

CLAUDIO ROBERTO PIERLUCCETTI MARQUES
Procurador-Geral do Estado Interino

Id: 2095662

Serviço de Atendimento ao Cliente da
Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro:

0800-2844675
Telefone:

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia,
Inovação e Desenvolvimento Social

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTORETIFICAÇÃO
D.O. DE 16/03/2018
PÁGINA 35 - 3ª COLUNA

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 012/2018/HUPE/URJ
Onde se lê: ...N.E. 00346...
Leia-se: ...N.E. 00345...

Id: 2095504

FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA
ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL HENRIQUE LAGE

EDITAIS

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL HENRIQUE LAGE, nos termos da Portaria PR/FAETEC nº 163, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/2004, torna pública a relação nominal de alunos que concluíram o 2º GRAU neste Estabelecimento de Ensino.

CURSO: DESENHISTA DE ARQUITETURA - ANO: 1984
CLAUDIO DA ROSA DA SILVA

CURSO: AUXILIAR TÉCNICO DE ELETRÔNICA-ANO: 1990
CARLOS ALBERTO FERREIRA DE ABREU

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL HENRIQUE LAGE, nos termos da Portaria PR/FAETEC nº 163, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/2004, torna pública a relação nominal de alunos que concluíram o Ensino Médio neste Estabelecimento de Ensino.

CURSO: ENSINO MÉDIO - ANO: 2007
PAULO FLORIANO

CURSO: ENSINO MÉDIO - ANO: 2010
MATEUS HENRIQUE DOS SANTOS NASCIMENTO

CURSO: ENSINO MÉDIO - ANO: 2015
GUILHERME MATEUS DE OLIVEIRA ROSA ALVES

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL HENRIQUE LAGE, nos termos da Portaria PR/FAETEC nº 163, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/2004, torna pública o nome do aluno que concluiu o Curso de EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO, neste Estabelecimento de Ensino.

CURSO: TÉCNICO EM CONSTRUÇÃO NAVAL - ANO: 2014
JOSE GUILHERME BARBOSA MARQUES COELHO

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL HENRIQUE LAGE, nos termos da Portaria PR/FAETEC nº 163, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/2004, torna pública o nome do aluno que concluiu o Curso de EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO, SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO, neste Estabelecimento de Ensino.

CURSO: TÉCNICO EM MÁQUINAS NAVAIS- ANO: 2015
UBIRAJARA ALEXANDRE DAS NEVES

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL HENRIQUE LAGE, nos termos da Portaria PR/FAETEC nº 163, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/2004, torna pública a emissão de 2ª VIA de Certificado expedido por este Estabelecimento de Ensino.

CURSO: DESENHISTA DE ARQUITETURA - ANO: 1994
RONALDO DA SILVA LOPES

CURSO: ENSINO MÉDIO - ANO: 2014
ARTUR GONÇALVES MELO

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL HENRIQUE LAGE, nos termos da Portaria PR/FAETEC nº 163, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/2004, torna pública a emissão de 2ª VIA de Diploma expedido por este Estabelecimento de Ensino.

CURSO: TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - ANO: 2005
RONALDO ALVES PIRES

CURSO: TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA - ANO: 2005
CARLOS AUGUSTO DOS SANTOS RIBEIRO

CURSO: TÉCNICO EM ELETRÔNICA - ANO: 2006
FELIPE DA SILVA SOUZA

CURSO: TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA - ANO: 2015
EUDILEI BRASIL SANTANA

Id: 2095213

FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA
EDITAIS

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA - FAETEC, no uso de suas atribuições, nos termos da Lei nº 2.739/97, alterada pela Lei nº 3.608/02, torna público o presente Edital contendo normas, rotinas e procedimentos relativos à seleção pública simplificada para cadastro de reserva de ampla concorrência de profissionais bolsistas para atuação no PRONATEC no âmbito da Rede FAETEC por tempo determinado, informando que a seleção ocorrerá no período de 28 de março de 2018 a partir das 12:00h a 09 de abril de 2018, às 12:00h. O Edital e todas as etapas do processo de seleção estarão abertas no link existente www.faetec.rj.gov.br a partir de 28/03/2018. O encerramento do processo de seleção se dará em 31/01/2018. Processo nº E-26/005/988/2018.

Id: 2095488

FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA
ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL VISCONDE DE MAUÁ

EDITAIS

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL VISCONDE DE MAUÁ, nos termos da Portaria PR/FAETEC nº 163, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/2004, torna pública a relação nominal de alunos que concluíram o Curso de ENSINO MÉDIO, neste Estabelecimento de Ensino.

ENSINO MÉDIO - ANO: 1999
CARLOS ANTONIO DA COSTA
CLEBER MARQUES CORDEIRO

ENSINO MÉDIO - ANO: 2007
KRISTOPHER GOMES SALVADOR LIMA

ENSINO MÉDIO - ANO: 2013
CONRADO CARLOS OSOLINS DO NASCIMENTO
DOUGLAS DE SANTANA DEJOS

ENSINO MÉDIO - ANO: 2014
ALAN GABRIEL GOMES DE ALMEIDA
PATRIC GIBSON LIMA

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL VISCONDE DE MAUÁ, nos termos da Portaria PR/FAETEC nº 163, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/2004, torna pública a relação nominal de alunos que concluíram o Curso de 2º GRAU, neste Estabelecimento de Ensino.

CURSO: 2º GRAU - AUXILIAR TÉCNICO EM ELETRÔNICA - ANO: 1975
SERGIO LUIZ VICTORIANO DA SILVA

CURSO: 2º GRAU - AUXILIAR TÉCNICO EM MECÂNICA - ANO: 1979
JARBAS RODRIGUES DA SILVA

CURSO: 2º GRAU - AUXILIAR TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA - ANO: 1982
DAYSE MARIA DE CASTRO CASTILHO

CURSO: 2º GRAU - TÉCNICO EM MECÂNICA - ANO: 1982
JARBAS RODRIGUES DA SILVA

CURSO: 2º GRAU - AUXILIAR TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA - ANO: 1994
JULIO CESAR DA SILVA

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL VISCONDE DE MAUÁ, nos termos da Portaria PR/FAETEC nº 163, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/2004, torna pública o nome do aluno que concluiu o Curso de EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO, SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO pelo PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, neste Estabelecimento de Ensino.

CURSO: TÉCNICO EM ELETROMECÂNICA - ANO: 2016
THIAGO DA COSTA FONSECA

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL VISCONDE DE MAUÁ, nos termos da Portaria PR/FAETEC nº 163, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/2004, torna pública o nome do aluno que concluiu o Curso de EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO, INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO, neste Estabelecimento de Ensino.

CURSO: TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA - ANO: 2016
LUCAS LEONARDO MARCELINO

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL VISCONDE DE MAUÁ, nos termos da Portaria PR/FAETEC nº 163, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/2004, torna pública o nome do aluno que concluiu o Curso de EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO, neste Estabelecimento de Ensino.

CURSO: TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA - ANO: 2015
JULIO LEONARDO DO CARMO MANHÃES

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL VISCONDE DE MAUÁ, nos termos da Portaria PR/FAETEC nº 163, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/2004, torna pública a emissão de 2ª VIA de Certificado/Diploma, expedidos por este Estabelecimento de Ensino.

CURSO: 2º GRAU - TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA - ANO: 1983
PAULO CESAR ANDRADE DOS SANTOS

CURSO: 2º GRAU - TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA - ANO: 1995
JULIO CESAR DA SILVA

CURSO: ENSINO MÉDIO - ANO: 2002
JONATAS FERNANDES DE OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO - ANO: 2007
WALLACE AUGUSTO DOS SANTOS

CURSO: TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA - ANO: 2007
EDSON SILVESTRE DE HONORIO

CURSO: ENSINO MÉDIO - ANO: 2010
IVAN LUIZ MAXIMO DE SOUSA

CURSO: ENSINO MÉDIO - ANO: 2011
JULIO JOSE SARAIO MACHADO DE OLIVEIRA

CURSO: TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA - ANO: 2011
IVAN LUIZ MAXIMO DE SOUSA

Id: 2095263

Secretaria de Estado do Ambiente

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

*INSTRUMENTO: Contrato INEA nº 04/2018. PARTES: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA e G.DAL PRA COMÉRCIO DE EXTINTORES-ME. OBJETO: Prestação de serviços de recarga, manutenção e inspeção de extintores. VALOR: R\$ 36.000,00 (trinta e nove mil reais). PRAZO: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de 07/03/18, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data conveniada nesta cláusula. DATA DA ASSINATURA: 07/03/2018. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/1993. PROCESSO Nº E-07/002.11085/2017.

*Replicado por correções no original publicado no D.O. de 09/03/2018.

Id: 2095544

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO CONTRATO nº 09/2018-INEA assinado em 23/03/2018. PARTES: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE e SID-NEIA FERREIRA BREVE. OBJETO: Locação do Imóvel sito à Rua Marques dos Santos, nº 405-Lote 51-C, Vila Dom Pedro I, Paraty/RJ, com Matricula no RGI sob o nº 48970, com área total de 336 metros quadrados. VALOR: O valor global do Contrato é estimado em R\$ 155.002,20 (cento e cinquenta e cinco mil dois reais e vinte centavos). PRAZO: O prazo de locação será de 30(trinta) meses, a contar da publicação do extrato do presente ajuste no Diário Oficial. DATA DA ASSINATURA: 23/03/2018. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93.

PROCESSO Nº E-07/0027548/2017.

Id: 2095545

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

AVISO

*INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA torna público que recebeu da Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA, LICENÇA DE INSTALAÇÃO LI nº IN040854, com validade até 07 de agosto de 2019, para a construção de um conjunto habitacional dotado de infraestrutura básica, constituído por 80 blocos e 20 apartamentos cada, totalizando 1600 unidades residenciais e 04 blocos com 40 unidades comerciais, com a supressão de vegetação de 890 indivíduos arbóreos nativos e a retirada de 101 exemplares de Pinus sp., na RODOVIA BR-116 (RIO-BAHIA) KM 80, FAZENDA ERMITAGE - ERMITAGE, município de TERESÓPOLIS. Processo nº E-07/500601/2012.

*Omitido no D.O. de 09/08/2017.

Id: 2095731

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

AUTO DE INFRAÇÃO SUPMAEAI/00149733

NOME: Yacani do Brasil Alto Agropneogicos LTDA. CNPJ/CNP Nº: 05.266.491/0001-30. ENDEREÇO: Estrada Mury, s/n, Rio das Flores. INFRAÇÃO: Art. 76, C/C o art. 2º, Inciso II, da Lei Estadual Nº 3.467/2000. MUNICÍPIO: Nova Friburgo. PENALIDADE: R\$ 2.072,95. PROCESSO Nº: E-07/002.12499/2017.

Id: 2095543

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 038/2018 (DF). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e o VEIRANO ADVOGADOS ASSOCIADOS. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO PARA ELABORAR MINUTAS DE REGULAMENTO E DENAIS DOCUMENTOS PERTINENTES EXIGIDOS PELA LEI Nº 13.303/2016, ALÉM DO TREINAMENTO PARA IMPLANTAÇÃO.

PRAZO: 06 (seis) meses.

VALOR: R\$ 123.000,00 (cento e vinte e três mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 26/03/2018.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.661/2017 (Pregão Eletrônico nº 301/2018).

Id: 2095865

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 325/2018 - ASL-OP.

OBJETO: Permissão de uso precário de máquinas de autoserviço de bebidas quentes.

DATA DA ETAPA DE LANCES: 11/04/2018 - HORÁRIO: 11 horas.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes.caixa.gov.br.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 10.50.

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3829 e 2332-3831, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

Id: 2095250

Secretaria de Estado de
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato de Prestação de Serviços - SEAPPA nº 005/2018. PARTES: Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento - SEAPPA e a Empresa Gente Seguradora S/A. OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento o Contrato de Prestação de Serviços de Seguro Total para os Veículos Oficiais (veículos de passeio e utilitários - Lei nº 01 do Pregão Eletrônico de nº 001/2018 - SEAPPA - SEAPPA, em conformidade com o Edital Convocatório e seus Anexos, presente no Processo Administrativo SEAPPA nº E-02/001/3118/2017. PRAZO: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do extrato deste instrumento. VALOR: De-se a este contrato o valor de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais). DATA DA ASSINATURA: 19 de março de 2018. FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/93 e alterações, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94 e pela Lei Estadual nº 28/775.

Id: 2095515

Secretaria de Estado de Cultura

RETIFICAÇÕES
D.O. DE 19/05/2017
PÁGINA 29 - 2ª COLUNA

EDITAIS

Processo nº E-18/001/907/2017

Onde se lê:

03- Título do projeto: Tropicália

Leia-se:

03- Título do Projeto: 70 DOC.MUSICAL

D.O. DE 05/09/2017
PÁGINA 20 - 3ª COLUNA

EDITAIS

Processo nº E-18/001/907/2017

Onde se lê:

Projeto: Tropicália

Leia-se:

Projeto: 70 DOC.MUSICAL

Id: 2095445

RETIFICAÇÕES
D.O. DE 19/05/2017
PÁGINA 29 - 2ª COLUNA

EDITAIS

Processo nº E-18/001/1372/2017

Onde se lê:

01- Título do projeto: Energia para Cultura 2017 - 1º semestre

Leia-se:

01- Título do Projeto: Mercado Cultural

D.O. DE 05/12/2017
PÁGINA 39 - 3ª COLUNA

EDITAIS

Processo nº E-18/001/1372/2017

Onde se lê:

Projeto: Energia para Cultura

Leia-se:

Projeto: Mercado Cultural

Id: 2095438

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATOS DE TERMOS

*INSTRUMENTO: TPUT, com ônus, nº 18/011/2018. PARTES: FURNARJ e LAURA FRAGUITO ESTEVES DE OLIVEIRA. OBJETO: Permissão de uso a utilização, a título precário do Teatro Gláucio Gil, para realização do espetáculo "Térça converso". DATA DA ASSINATURA: 03/01/2018. FUNDAMENTO: Proc. nº E-18/002/10512/017.

*Omitido no D.O. de 23/01/2018.

*INSTRUMENTO: TPUT, com ônus, nº 18/020/2018. PARTES: FURNARJ e RAIZA FERNANDA DE JESUS. OBJETO: Permissão de uso a utilização, a título precário do Teatro Arthur Azevedo, para realização do curso livre "Workshop de Dança de Salão". DATA DA ASSINATURA: 12/01/2018. FUNDAMENTO: Proc. nº E-18/002/032/2018.

*Omitido no D.O. de 01/02/2018.

Id: 2095339

DIGA NÃO
ÀS DROGAS